

**A EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA EM PORTO VELHO: ENTRE DESAFIOS
E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO**

**THE EFFICIENCY OF PUBLIC MANAGEMENT IN PORTO VELHO: BETWEEN
CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR TRANSFORMATION**

Geovânia Sabino de Souza

Graduação Tecnológica em Gestão Pública. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia (IFRO). Brasil

E-mail: geovanasabino6@gmail.com

Rebeca Vitória Costa Lessa

Graduação Tecnológica em Gestão Pública. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia (IFRO). Brasil

E-mail: rebecavclessa@gmail.com

Dr^a Marineide Martiniano do Nascimento

Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso

E-mail: profneidemn@gmail.com

Recebido: 15/07/2025 – Aceito: 24/07/2025

Resumo

Este trabalho analisa o papel do gestor público no município de Porto Velho – RO, destacando as competências exigidas, os desafios enfrentados e as práticas de gestão adotadas na administração pública local. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em estudos publicados entre 2015 e 2024. A análise do material permitiu identificar a necessidade de gestores mais preparados para lidar com demandas complexas, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais e limitações estruturais, como ocorre na Amazônia Ocidental. Os resultados revelam que o gestor público deve combinar competências técnicas, éticas e estratégicas, além de

adotar uma postura inovadora e participativa. A pesquisa também aponta entraves persistentes à gestão democrática, como a baixa participação social e a assimetria de informação. Conclui-se que o fortalecimento da gestão pública em Porto Velho exige investimentos na qualificação dos profissionais, adoção de práticas de transparência e planejamento integrado, visando à construção de uma administração mais eficiente, equitativa e sustentável.

Palavras-chave: Gestão Pública. Porto Velho. Políticas Públicas. Competências Gerenciais. Participação Social.

Abstract

This study analyzes the role of the public manager in the municipality of Porto Velho, in the state of Rondônia, Brazil, highlighting the required competencies, the challenges faced, and the management practices adopted in the local public administration. The research is characterized as a qualitative and exploratory bibliographic review, based on studies published between 2015 and 2024. The analysis of the material identified the need for more prepared managers to deal with complex demands, especially in contexts marked by social inequalities and structural limitations, as is the case in the Western Amazon. The results show that public managers must combine technical, ethical, and strategic skills, in addition to adopting an innovative and participatory approach. The study also points to persistent obstacles to democratic management, such as low social participation and information asymmetry. It concludes that strengthening public management in Porto Velho requires investment in professional training, adoption of transparency practices, and integrated planning, aiming to build a more efficient, equitable, and sustainable administration.

Keywords: Public Management. Porto Velho. Public Policies. Managerial Competencies. Social Participation.

1. Introdução

A gestão pública contemporânea enfrenta desafios cada vez mais complexos diante das transformações sociais, econômicas e políticas que ocorrem nas esferas locais e globais. O gestor público, nesse contexto, assume um papel fundamental como agente articulador de políticas públicas voltadas à promoção do bem-estar coletivo, à eficiência administrativa e à construção de uma administração pública transparente e democrática. No município de Porto Velho, capital do estado

de Rondônia, essa atuação torna-se ainda mais relevante frente às peculiaridades regionais, à carência histórica de infraestrutura e à necessidade urgente de fortalecimento das instituições públicas.

A literatura aponta que o fortalecimento da gestão pública está diretamente relacionado ao desenvolvimento de competências gerenciais que valorizem a ética, a responsabilidade, a liderança e a capacidade de planejamento estratégico (SLOMSKI et al., 2021). Tais competências são percebidas como essenciais pelos concluintes dos cursos de Ciências Contábeis no estado, sinalizando uma expectativa social crescente quanto ao papel do gestor como indutor de mudanças (SLOMSKI et al., 2021). Ainda nesse cenário, observa-se a importância do intraempreendedorismo na administração pública como mecanismo de inovação e aprimoramento dos serviços prestados à sociedade (MARQUES et al., 2016).

O contexto amazônico exige dos gestores públicos uma compreensão ampliada da realidade socioterritorial local. Em Porto Velho, iniciativas como a revisão do Plano Diretor Urbanístico demonstram a busca por uma administração mais participativa e inclusiva, alinhada com os princípios da gestão democrática e da cidade educadora (BRITO et al., 2022; ZUIN & DIAS, 2023). Contudo, essas ações ainda esbarram em entraves estruturais, como a ausência de políticas públicas integradas, a baixa participação popular e a fragilidade de canais institucionais de controle social (BALDISSERA et al., 2019).

Estudos sobre a aplicação das políticas públicas na área da saúde em Porto Velho revelam vulnerabilidades importantes no acesso da população aos serviços básicos, o que reforça a necessidade de gestores preparados para implementar políticas equitativas e eficazes (GUIDAS et al., 2024). Essa realidade se agrava diante de crises, como no caso da pandemia de COVID-19, em que falhas na gestão de recursos humanos e materiais causaram impactos financeiros e assistenciais severos (PASSOS et al., 2023).

Dessa forma, estudar o papel do gestor na administração pública de Porto Velho é relevante, não apenas por sua contribuição teórica à área de Administração Pública, mas também por seu potencial de gerar reflexões práticas sobre as competências, os desafios e as oportunidades enfrentadas pelos agentes públicos locais. O estudo versa sobre a busca por respostas de, como a atuação do

gestor público influencia na eficiência, transparência e qualidade dos serviços oferecidos em Porto Velho-RO? Essa problemática nos leva a compreender como esses gestores atuam, quais as ferramentas de planejamento e controle disponíveis, e como são percebidos pela sociedade permite delinear estratégias mais eficientes de governança pública.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como a atuação do gestor público influencia na eficiência, transparência e qualidade dos serviços oferecidos em Porto Velho-RO. A justificativa da escolha do tema reside na urgência de se compreender, sob uma ótica científica e crítica, como a atuação desses profissionais impacta diretamente a qualidade dos serviços públicos ofertados à população e o desenvolvimento sustentável da região amazônica. O Estudo segue com uma revisão bibliográfica, com foco nas competências exigidas, nos desafios enfrentados e nas práticas de gestão adotadas nos últimos anos.

Assim, ao examinar o papel do gestor público em Porto Velho-RO por meio da literatura recente, pretende-se contribuir para a compreensão dos fatores que condicionam uma administração pública mais efetiva, ética e democrática, ampliando o debate sobre a qualificação da gestão pública no Brasil.

2. Revisão da Literatura

2.1 O papel do gestor público na contemporaneidade

O gestor público contemporâneo é um agente estratégico na implementação de políticas públicas que respondam às necessidades da população e promovam o desenvolvimento sustentável. Seu papel ultrapassa a mera execução de atividades administrativas, envolvendo a mediação entre os interesses sociais, a aplicação eficiente dos recursos públicos e a busca contínua por resultados que tragam impacto positivo à coletividade. Segundo Amaral (2015), a eficiência do serviço público está diretamente relacionada à capacitação permanente dos servidores, à valorização de suas competências e à construção de uma cultura institucional voltada para o desempenho, a inovação e a cidadania.

Esse cenário é particularmente relevante em contextos regionais como o da cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, onde os desafios são múltiplos: desigualdade social, carência de infraestrutura, limitações orçamentárias e ausência de políticas públicas consolidadas. Nesse sentido, espera-se que o gestor público atue com ética, responsabilidade, visão estratégica e capacidade de articulação interinstitucional, garantindo que as políticas públicas sejam planejadas, executadas e avaliadas de forma eficiente e participativa (SLOMSKI et al., 2021).

A Nova Gestão Pública (NGP) — inspirada em modelos de gestão do setor privado — surge como resposta às ineficiências do modelo burocrático tradicional, propondo um novo paradigma centrado em resultados, na responsabilização dos gestores (accountability), na descentralização de decisões e na transparência da administração pública (BALDISSERA et al., 2019). A adoção desses princípios representa uma ruptura com práticas baseadas na rigidez processual e no formalismo excessivo, promovendo uma cultura de desempenho e qualidade dos serviços públicos.

Esse novo modelo exige que os gestores públicos desenvolvam, além de competências técnicas, habilidades sociais, políticas e gerenciais que os capacitem a lidar com a complexidade da administração pública e com as crescentes demandas sociais. De acordo com Zuin & Dias (2023), a atuação eficaz do gestor envolve tanto a compreensão dos marcos legais e institucionais que regulam a gestão pública quanto a habilidade de mobilizar a comunidade, escutar as necessidades locais e construir soluções compartilhadas. Em ambientes como o de Porto Velho, que carecem de mecanismos institucionais sólidos e apresentam grandes desigualdades territoriais, essas competências tornam-se ainda mais essenciais para que a gestão pública seja instrumento de transformação e promoção do desenvolvimento sustentável.

Além disso, a atuação do gestor contemporâneo é atravessada por exigências de planejamento estratégico, capacidade analítica, uso de dados para tomada de decisão, e comunicação efetiva com os diferentes segmentos da sociedade. Portanto, sua função não se resume à execução de rotinas administrativas, mas envolve um conjunto de ações coordenadas que buscam

integrar políticas públicas, otimizar recursos e garantir que os serviços públicos atendam, de fato, aos direitos fundamentais da população.

2.2 Competências gerenciais esperadas na administração pública

Slomski et al. (2021) identificaram que, entre as competências mais valorizadas para o gestor público na contemporaneidade, destacam-se saber ouvir, ética, cidadania, responsabilidade e visão estratégica. Tais competências, de natureza multidimensional, articulam-se entre aspectos técnicos e comportamentais, sendo percebidas como indispensáveis para uma atuação pública eficaz e comprometida com os princípios democráticos. Estudantes e profissionais da área de Ciências Contábeis, segundo a pesquisa mencionada, reconhecem que essas habilidades não apenas qualificam o gestor como agente organizacional, mas também o tornam capaz de dialogar com a sociedade e de liderar processos de mudança institucional.

O gestor público que detém tais competências demonstra maior preparo para enfrentar os desafios inerentes à complexidade da administração pública brasileira, especialmente em regiões como a Amazônia Ocidental, onde as vulnerabilidades sociais e a carência de infraestrutura demandam respostas criativas e ágeis. Nesse sentido, o perfil esperado do gestor deixa de ser meramente técnico e passa a exigir sensibilidade política, empatia social, capacidade de articulação intersetorial e um olhar atento às singularidades do território em que atua.

De acordo com Marques et al. (2016), nesse contexto emergem práticas de intraempreendedorismo como diferencial estratégico dentro das instituições públicas. Diferente do empreendedorismo tradicional, voltado ao setor privado, o intraempreendedorismo no setor público refere-se à iniciativa de servidores que, mesmo atuando em estruturas muitas vezes engessadas, propõem inovações, repensam processos e implementam soluções criativas para demandas antigas e recorrentes. Essa atitude empreendedora interna contribui diretamente para a modernização organizacional, a redução da burocracia e o aumento da eficiência dos serviços prestados à população.

Em instituições públicas como universidades, hospitais, secretarias e demais órgãos administrativos, a presença de gestores com perfil intraempreendedor fortalece a capacidade do Estado de inovar em políticas públicas e aprimorar a gestão. Isso ocorre por meio da adoção de tecnologias, da reconfiguração de fluxos institucionais e da valorização de equipes que atuam de forma colaborativa e propositiva. Tais características são ainda mais importantes em cenários de escassez de recursos ou instabilidade institucional, nos quais a proatividade e a criatividade se tornam mecanismos de resistência e superação.

Portanto, reconhecer e desenvolver competências relacionadas à escuta ativa, à ética, à responsabilidade social e ao espírito inovador é essencial para a construção de uma gestão pública mais eficiente, democrática e responsiva. A valorização do intraempreendedorismo não apenas moderniza a máquina pública, mas também reposiciona o servidor como agente transformador do Estado e da sociedade.

1.3 Gestão pública e participação social em Porto Velho

A cidade de Porto Velho passou por importantes processos de planejamento urbano nos últimos anos, sendo a revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) um marco nesse contexto. Essa revisão, realizada entre 2018 e 2019, representou uma tentativa concreta da gestão municipal de consolidar um modelo de governança mais democrático e alinhado aos preceitos do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). O processo incluiu a realização de audiências públicas, oficinas de leitura comunitária e a elaboração de diagnósticos participativos que buscaram captar as demandas da população em relação ao ordenamento territorial, à mobilidade urbana, ao uso e ocupação do solo, e aos equipamentos públicos (BRITO et al., 2022; ZUIN & DIAS, 2023).

A adoção dessas práticas participativas revela um esforço da administração pública municipal em adotar princípios da gestão democrática, que pressupõe a corresponsabilidade entre o poder público e os cidadãos nas decisões sobre o futuro da cidade. Essa abordagem se insere no modelo da “Cidade Educadora”, que compreende o espaço urbano como ambiente de formação cidadã e propõe

uma integração entre educação, urbanismo e participação social (ZUIN & DIAS, 2023).

No entanto, apesar dos avanços normativos e metodológicos, estudos apontam que ainda há entraves substanciais para que a participação popular se efetive de maneira plena. Baldissera et al. (2019) observaram que fatores como a baixa divulgação das ações públicas, a linguagem excessivamente técnica dos documentos e a falta de acessibilidade aos meios de controle institucional dificultam a atuação da sociedade no monitoramento e avaliação das políticas públicas. A assimetria de informação entre gestores e cidadãos permanece como um dos principais desafios à transparência e à accountability no âmbito municipal.

Além disso, os Observatórios Sociais têm alertado que, embora haja esforços na criação de portais de transparência e ferramentas digitais, muitas vezes os dados divulgados não são suficientes, claros ou atualizados para permitir uma participação informada da sociedade (BALDISSERA et al., 2019). Isso compromete não apenas a fiscalização dos atos públicos, mas também a construção de um senso coletivo de pertencimento e responsabilidade pelo desenvolvimento da cidade.

Dessa forma, percebe-se que a consolidação de um modelo participativo de gestão urbana em Porto Velho ainda exige investimentos em comunicação pública acessível, educação cidadã e fortalecimento das instâncias de controle social. A efetiva democratização da gestão passa, portanto, por uma transformação cultural que reconheça os cidadãos como sujeitos ativos no processo decisório, e não apenas como receptores de políticas já definidas.

2.4 Desafios da gestão pública no contexto amazônico

Porto Velho, enquanto capital da Amazônia Ocidental, enfrenta desafios históricos e estruturais que limitam o pleno exercício dos direitos sociais garantidos constitucionalmente, tais como o acesso à saúde, à educação e ao saneamento básico. Essas dificuldades são agravadas pelas desigualdades socioeconômicas e pela distribuição territorial desigual dos serviços públicos, o que impacta diretamente as populações mais vulneráveis, incluindo mulheres, crianças, idosos e

peessoas em situação de rua. A literatura aponta para lacunas relevantes no acesso à atenção básica em saúde, revelando que mesmo com a estrutura da Rede de Atenção à Saúde (RAS) instalada, o princípio da universalidade ainda encontra entraves significativos para sua efetivação (GUIDAS et al., 2024).

Além das barreiras de infraestrutura e logística, o fenômeno da judicialização da saúde tem se intensificado como resposta às falhas sistêmicas no atendimento da população. Embora a judicialização garanta o direito individual ao acesso a determinados procedimentos ou medicamentos, ela também pode comprometer a equidade do sistema ao redirecionar recursos públicos de forma não planejada e emergencial (GUIDAS et al., 2024). Esse cenário revela uma gestão ainda reativa, pouco orientada por dados epidemiológicos e carente de planejamento estratégico integrado.

A pandemia de COVID-19 escancarou essas fragilidades institucionais e evidenciou a importância de um corpo gestor preparado para atuar em situações de crise sanitária, econômica e social. Passos et al. (2023) demonstraram que o absenteísmo de profissionais de saúde durante o pico da pandemia gerou impactos financeiros expressivos e comprometeu significativamente o funcionamento de hospitais públicos. Os custos com afastamentos, a sobrecarga de trabalho dos profissionais remanescentes e a lentidão nas respostas institucionais mostraram que a gestão de recursos humanos e materiais na saúde pública requer mais do que rotinas operacionais — exige planejamento, coordenação, liderança e compromisso com o interesse público.

Neste contexto, torna-se urgente a formação de gestores públicos resilientes, capazes de atuar com base em evidências científicas e dotados de competências que aliem responsabilidade fiscal à sensibilidade social. Tais gestores devem ser aptos a lidar com contextos de incerteza, tomar decisões estratégicas em tempo hábil, mobilizar redes institucionais e promover políticas públicas inclusivas, sobretudo em regiões como a Amazônia, onde as distâncias geográficas, a diversidade cultural e a precariedade da infraestrutura tornam a gestão pública ainda mais desafiadora.

Portanto, a realidade vivenciada por Porto Velho reforça a necessidade de investimentos contínuos na qualificação da gestão pública municipal, com ênfase

em modelos que priorizem o planejamento territorial, a equidade no acesso aos serviços e o fortalecimento das capacidades institucionais para lidar com emergências e promover o bem-estar coletivo de forma sustentável.

2. Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com ênfase em revisão bibliográfica. A escolha desse método justifica-se pelo objetivo de analisar a atuação do gestor público influencia na eficiência, transparência e qualidade dos serviços oferecidos em Porto Velho-RO, com ênfase nas competências exigidas, nos desafios enfrentados na gestão pública local e nas práticas de governança adotadas no contexto amazônico.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, uma vez que busca aprofundar a compreensão sobre o tema com base na análise de contribuições teóricas que tratam da administração pública, gestão municipal, políticas públicas, participação cidadã e planejamento urbano. Trata-se também de um estudo de natureza descritiva, pois visa sistematizar os principais conceitos, características e evidências acerca da atuação dos gestores públicos no cenário investigado.

Como procedimento metodológico, realizou-se uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos, livros acadêmicos, legislações pertinentes (como o Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001), teses, dissertações e documentos técnicos relacionados à administração pública municipal de Porto Velho. Os documentos selecionados abrangem publicações entre os anos de 2015 a 2024, priorizando fontes atualizadas, indexadas em periódicos científicos e extraídas de bases confiáveis como SciELO, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e repositórios institucionais.

A delimitação temática partiu da identificação dos principais desafios e estratégias da gestão pública em municípios da Amazônia Legal, com foco na realidade da capital de Rondônia. A seleção do material bibliográfico seguiu critérios de relevância temática, atualidade e aderência aos objetivos da pesquisa.

Os dados extraídos das obras analisadas foram organizados de forma descritiva e interpretativa, com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo

a construção de um referencial teórico consistente e o levantamento de evidências sobre a atuação dos gestores públicos no contexto investigado. As citações e referências foram formatadas segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), respeitando os critérios éticos e acadêmicos.

Dessa forma, a metodologia adotada oferece suporte para alcançar os objetivos propostos, além de possibilitar a replicação da pesquisa por outros pesquisadores interessados na temática da gestão pública local e regional.

4. Resultados e Discussão

Nesta seção são apresentados os principais resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica sobre o papel do gestor público em Porto Velho – RO. A sistematização dos dados teve como base dez artigos científicos selecionados segundo critérios de relevância, atualidade e aderência ao tema. A Tabela 1 resume as informações essenciais de cada artigo, incluindo autores, ano, título e resumo, organizando o conhecimento produzido sobre o tema e fornecendo subsídios para a análise e discussão a seguir.

Tabela 1: Compilado dos artigos

Autor(es)	Ano	Título	Resumo
Brito, P. A. et al.	2022	Institucionalização e Participação Social no Plano Diretor Urbanístico de uma Capital Amazônica	Análise crítica da revisão do Plano Diretor de Porto Velho, destacando a baixa participação social no processo.
Guidas, A. R. et al.	2024	O princípio do acesso universal e a rede de assistência à saúde em Porto Velho/RO	Identificação de vulnerabilidades no acesso à saúde e necessidade de fortalecimento do SUS.
Oliveira, A. P. et al.	2018	Alinhamento de legislações com a PNRS	Desalinhamento entre leis locais e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Amaral, H. K.	2015	Desenvolvimento de competências na	Defende a capacitação dos servidores como

		administração pública	meio para aumentar a eficiência pública.
Marques, S. B. V. et al.	2016	Intraempreendedorismo no setor público	Mostra a importância do espírito empreendedor dentro de instituições públicas.
Slomski, V. G. et al.	2021	Competências gerenciais do gestor público	Identifica competências como ética, liderança e visão estratégica como essenciais.
Padilha, J. A. S. et al.	2022	Característica epidemiológica da Dengue em Porto Velho	Análise da prevalência e dos impactos da dengue na cidade.
Passos, A. L. S. et al.	2023	Impacto econômico do absenteísmo na pandemia	Estudo sobre os custos e consequências da ausência de profissionais de saúde.
Baldissera, J. F. et al.	2019	Percepção dos Observatórios Sociais	Aponta a insuficiência das ferramentas de transparência pública nos municípios.
Zuin, A. L. A.; Dias, M. L.	2023	Cidade Educadora e gestão democrática em Porto Velho	Relaciona o Plano Diretor à cidadania e à gestão participativa.
Manfio, V.; Bitencourt, C. M.	2019	Os portais de transparência entre a teoria e a prática	Análise crítica da efetividade dos portais municipais na divulgação das despesas com saúde pública.
Matias-Pereira, J.	2022	Governança no setor público	Aborda a evolução da Nova Governança Pública com foco na gestão, transparência e participação da sociedade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos artigos analisados (2024).

A análise dos artigos revela que o gestor público em Porto Velho deve atuar diante de múltiplos desafios estruturais, sociais e institucionais. Entre eles, destaca-se a necessidade de capacitação contínua dos servidores públicos (AMARAL, 2015), o fortalecimento de competências comportamentais e técnicas como ética,

escuta ativa, responsabilidade e liderança (SLOMSKI et al., 2021), bem como a incorporação de práticas inovadoras nas instituições públicas (MARQUES et al., 2016). Esses elementos são essenciais para que o gestor público transcenda o papel meramente administrativo e se torne um agente de transformação social.

Contudo, ao considerar os apontamentos da professora e os artigos analisados, é possível identificar três aspectos ainda pouco aprofundados na literatura e que são essenciais para a qualificação da gestão pública local: a eficiência dos serviços, a transparência das ações públicas, e a efetiva gestão participativa.

No que tange à eficiência dos serviços, observa-se uma lacuna importante no modo como os artigos abordam os resultados gerenciais concretos da atuação do gestor público. Embora autores como PASSOS et al. (2023) tenham evidenciado os impactos do absenteísmo na pandemia, a discussão sobre a otimização de recursos e a entrega de serviços públicos com qualidade e menor custo permanece incipiente. A análise teórica de Matias-Pereira (2022), ao tratar da Nova Governança Pública, contribui ao apontar que a eficiência está ligada a uma gestão orientada por resultados, transparência e integridade. Essa perspectiva, no entanto, ainda não é plenamente incorporada na prática administrativa em Porto Velho.

Quanto à transparência pública, os estudos de BALDISSERA et al. (2019) e MANFIO; BITENCOURT (2019) são fundamentais ao denunciarem a fragilidade dos portais de transparência municipais e a falta de informações claras sobre os gastos públicos, especialmente na área da saúde. Essa insuficiência compromete o controle social e fragiliza a legitimidade da gestão. Ambos os autores apontam que, apesar das exigências legais como a Lei Complementar n.º 141/2012, muitas administrações municipais não disponibilizam os dados necessários para uma avaliação crítica das despesas, o que dificulta a participação informada da sociedade civil.

No eixo da gestão participativa, os estudos de BRITO et al. (2022) e ZUIN e DIAS (2023) indicam que, embora haja diretrizes para a construção de políticas públicas baseadas na escuta popular — como nos processos de revisão do Plano Diretor —, a participação da população ainda é escassa. A cultura política local, a

linguagem técnica dos documentos e a ausência de canais de comunicação eficazes limitam a presença dos cidadãos nos espaços de decisão. Nesse sentido, Matias-Pereira (2022) reforça que a participação cidadã é um dos pilares da boa governança, e que a ausência desse elemento compromete o desempenho democrático e transparente da administração pública.

Portanto, a atuação do gestor público deve considerar, de forma articulada, os três pilares aqui aprofundados: eficiência na execução das políticas públicas, transparência como instrumento de legitimidade e controle, e participação social como base para a construção coletiva de soluções. O enfrentamento dos desafios da Amazônia urbana exige, portanto, uma nova postura institucional, que compreenda a gestão como prática coletiva, orientada por dados e com abertura real à população.

Dessa forma, os achados evidenciam a urgência de se avançar não apenas em competências técnicas e éticas do gestor público, mas também na criação de mecanismos concretos que promovam uma administração mais eficiente, transparente e participativa em Porto Velho.

5. Conclusão

A presente pesquisa atinge seus objetivos ao analisar como a atuação do gestor público influencia na eficiência, transparência e qualidade dos serviços oferecidos em Porto Velho-RO, por meio de revisão bibliográfica, destacando as competências exigidas, os desafios enfrentados e as práticas de gestão adotadas na realidade amazônica. Constata-se que o gestor público desempenha um papel estratégico na mediação entre políticas públicas e as necessidades sociais, exigindo preparo técnico, visão sistêmica, liderança ética e capacidade de inovação.

A análise da literatura evidencia que, embora haja iniciativas voltadas ao fortalecimento da gestão participativa e à modernização institucional, como a revisão do Plano Diretor e os esforços de transparência pública, ainda persistem obstáculos relacionados à baixa participação social, à assimetria de informação e às fragilidades estruturais nos serviços essenciais, especialmente na saúde.

O estudo responde à pergunta central da pesquisa ao demonstrar que o gestor público, diante dos desafios da administração municipal em Porto Velho, deve atuar como facilitador de políticas públicas inclusivas, promotor da justiça social e agente de articulação institucional. Confirma-se, assim, que a qualificação contínua, a valorização de competências gerenciais e o fortalecimento da governança democrática são caminhos imprescindíveis para a melhoria da gestão pública local.

A principal contribuição desta pesquisa reside na sistematização crítica de estudos que evidenciam a necessidade de reconfiguração institucional em Porto Velho, orientada pela tríade eficiência, participação e inovação. Essa abordagem é essencial para consolidar uma administração pública mais responsiva, equitativa e alinhada às particularidades socioterritoriais da Amazônia.

Por fim, reconhece-se como limitação deste estudo o foco exclusivo em fontes bibliográficas, sem a realização de pesquisas de campo. Para futuras investigações, recomenda-se a realização de entrevistas com gestores e agentes públicos locais, bem como a aplicação de metodologias qualitativas e quantitativas que aprofundem a análise empírica da gestão municipal em Porto Velho.

Referências

AMARAL, H. Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 57, n. 4, p. 549–563, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v57i4.211>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BALDISSERA, J. F. et al. A percepção dos observatórios sociais sobre a qualidade, utilidade e suficiência da transparência pública dos municípios brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 113–134, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.18404. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRITO, P. A. et al. Institucionalização e participação social no plano diretor urbanístico de uma capital amazônica. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 27, n. 88, p. e83315, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n88.83315>. Acesso em: 1 jun. 2025.

GUIDAS, A. R. et al. O princípio do acesso universal e a rede de assistência à saúde (RAS) no município de Porto Velho/RO: uma revisão sistemática de literatura

com foco nas vulnerabilidades do acesso aos serviços públicos de saúde. **Revista Gestão e Conhecimento**, Porto Velho, v. 18, n. 1, p. e319, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55908/rgcv18n1-003>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MARQUES, S. B. V. et al. Intraempreendedorismo no setor público: estudo de caso na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 26–44, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3895/rbpd.v5n1.3851>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MANFIO, V.; BITENCOURT, C. M. Os portais de transparência entre a teoria e a prática: críticas à disposição das informações de despesas com saúde pública. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 9, n. 1, p. 98-112, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rjp.v9i1.13274>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MATIAS-PEREIRA, J. Governança no setor público: ênfase na melhoria da gestão, transparência e participação da sociedade. **Brazilian Journal of Development**, p. 56419-56441, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n8-105>. Acesso em: 18 jun. 2025.

OLIVEIRA, A. P.; LETSKE, T.; SILVA, D. Alinhamento de legislações de estados e municípios brasileiros com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Acta Brasiliensis**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 89–97, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22571/2526-4338123>. Acesso em: 1 jun. 2025.

PADILHA, J. A. S. et al. Característica epidemiológica da dengue em uma capital da Amazônia Ocidental, 2016–2020. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 5934–5946, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-402>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PASSOS, A. L. S. et al. Análise do impacto econômico do absenteísmo em um hospital público durante a pandemia de COVID-19. **Jornal Brasileiro de Economia da Saúde**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 162–171, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21115/jbes.v15.n3.p162-171>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SLOMSKI, V. G. et al. Competências gerenciais observadas e esperadas do gestor público por concluintes de Contabilidade. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 15, p. e2112, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rcufba.v15i0.43254>. Acesso em: 1 jun. 2025.

ZUIN, A. L. A.; DIAS, M. L. Cidade educadora e gestão democrática participativa: o caso da revisão do plano diretor de Porto Velho (RO). **Dialogia**, São Paulo, n. 45, p. e24163, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/45.2023.24163>. Acesso em: 1 jun. 2025.